

DANIEL CARVALHO
UNIARQ/FLUL | FCT | LAQU¹
danielcarvalho1@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0003-3908-5198>

GABINETES SETECENTISTAS NA HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA
PORTUGUESA: ESPAÇOS, PROPRIETÁRIOS E ARTEFACTOS

SEVENTEENTH CENTURY CABINETS IN THE HISTORY
OF PORTUGUESE ARCHAEOLOGY: SPACES, COLLECTORS
AND ARTIFACTS²

“Conimbriga” LXI (2022) p. 295-325

http://doi.org/10.14195/1647-8657_61_8

Texto recebido em / Text submitted on: 28/09/2021

Texto aprovado em / Text approved on: 02/06/2022

RESUMO: Neste artigo é explorada a temática dos Gabinetes setecentistas em Portugal. Com recurso a uma análise comparativa e a fontes históricas, apresenta-se o cenário da realidade portuguesa, ligando a temática do Antiquarismo à História da Arqueologia. Atravessando colecionadores, coleções e artefactos, a dimensão

¹ PhD Student Archaeology / UNIARQ/FLUL (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa/Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa); LAQU (Laboratori d'Arqueologia Quantitativa da Universitat Autònoma de Barcelona); FCT Scholarship (Bolsairo da Fundação para a Ciência e Tecnologia) / Researcher UNIARQ-LAQU.

² Este trabalho foi apenas possível com o financiamento da bolsa de investigação proveniente da FCT, inserida no projeto de doutoramento “O Teórico Artificial: identificar conceitos, ideias e padrões no discurso arqueológico na Península Ibérica (XX-XXI) com recurso a métodos de Inteligência Artificial e Aprendizagem Automática” com a referência 2020.08612.BD.

arqueológica destes estabelecimentos é assim visível numa lógica de conjunto, oferecendo novos dados e perspectivas para a interpretação deste período, que se argumenta ser basilar para a formação da Arqueologia enquanto Ciência.

PALAVRAS-CHAVE: História da Arqueologia; Teoria da Arqueologia; Gabinetes; Século XVIII; Colecionismo.

ABSTRACT: The thematic of seventeenth century Cabinets is explored in this article, most particularly in Portugal. Resorting to a comparative analysis and with the aid of historical documentation, the scenario of portuguese reality is presented, connecting the study of Antiquarianism to the History of Archaeology. Examining collectors, collections and artifacts, the archaeological dimension of these establishments is perceived with a connectivity logic, offering new data and perspectives for the interpretation of this chronological period, which is here argued to be of extreme importance to the shaping of Archaeology as a Science.

KEYWORDS: History of Archaeology; Theory of Archaeology; Cabinets; XVIII century; Collecionism.

GABINETES SETECENTISTAS NA HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA PORTUGUESA: ESPAÇOS, PROPRIETÁRIOS E ARTEFACTOS

Introdução

Gabinetes, quer sejam referentes a coleções de curiosidades e/ou de antiguidades emergem na historiografia arqueológica aquando do estudo da origem científica da disciplina. De facto, intimamente associados ao fenómeno do Antiquarismo, estes espaços adquirem um lugar na história da Arqueologia, pela sua ligação à cultura material do Passado. Mas que lugar é esse e como é percecionado? Como se investiga esse fenómeno e como se valorizam os artefactos, sítios e observações inerentes a estes Gabinetes?

Ao longo da história da Arqueologia, diferentes autores dedicam um peso distinto ao Antiquarismo e, por consequência, ao papel dos Gabinetes. As obras *A Hundred and Fifty Years of Archaeology* (1976), de Glyn Daniel, e *A History of Archaeological Thought* (1996), de Bruce Trigger, representam uma visão semelhante. No entanto, com a obra de Alain Schnapp, *The Discovery of the Past* (1996), existe uma efetiva releitura do tema.

Cada obra acaba por invocar um objetivo distinto. Em *A Hundred and Fifty Years of Archaeology* (1976), este é bastante perceptível, com o Antiquarismo a representar uma fase negativa, com a qual se pretende apenas distanciamento (RUIZ-ZAPATERO, 2017: 8).

O Gabinete encontra-se efetivamente exposto nesta obra, mas apenas pelo seu valor futuro e pela capacidade de virem a beneficiar os museus de arqueologia: “These eighteenth-century travellers opened the eyes of Englishmen to the artistic achievements of the Ancient Mediterranean civilisations (...) These early collectors brought back with them antiquities for their closets and cabinets of curiosities – the forerunners of our archaeological museums.” (DANIEL, 1976: 21).

Em *A History of Archaeological Thought* (1996), o tema do Antiquarismo e dos Gabinetes é mais elaborado, mas a lógica é semelhante, apresentando-se estas realidades como uma antecâmara para a Arqueologia. Mais concretamente, a questão antediluviana é levantada, servindo os gabinetes para atestar uma percepção de artefactos e ferramentas líticas que seriam ligadas posteriormente a um conceito que ainda não existia, a Pré-História:

Antiquarian studies clearly evolved somewhat differently in Britain, Scandinavia, France, and Germany. Developments in Hungary and the western Slavic countries seem to have most resembled those in Germany. Yet everywhere in northern and central Europe early antiquarianism shared important features in common. Political leaders and scholars incorporated archaeological finds into their collections of curiosities. In some princes' collections local discoveries considered to have artistic merit were displayed alongside statues and painted vessels imported from Italy and Greece. Some digging was carried out to recover artifacts and occasionally laws were passed to protect antiquities and secure new finds for royal or national collections. Although archaeological discoveries were often fancifully associated with historically known peoples, no effective system was devised for dating prehistoric artifacts anywhere in Europe. In the absence of written inscriptions, it was not even clear which finds dated before earliest written records in any particular area and which did not (TRIGGER, 1996: 90-91).

Com *The Discovery of the Past* (1996), de Alain Schnapp, existe uma verdadeira disrupção no modo como o Gabinete pode contribuir para a história da Arqueologia. À semelhança de Bruce Trigger, o autor discorre sobre o reconhecimento de artefactos pré-históricos e o seu papel dentro destes estabelecimentos. No entanto, o Antiquarismo é um fenómeno muito mais aprofundado nesta obra, procurando-se conhecer a partir desse ponto as raízes para a interpretação arqueológica: “If archaeology began with the collection of antiquities, it came of age with their interpretation. (...) Archaeological interpretation needs a historical explanation of the way in which knowledge survives from the past.” (SCHNAPP, 1996: 163). Assim, a coleção gera conhecimento, com o Gabinete a constituir-se a variável espacial que o permite (SCHNAPP, 1996: 168).

Cada gabinete é ilustrado na obra através de iconografia do seu período correspondente, pretendendo demonstrar que coleções como

as de Ole Worm, Samuel von Quicchelberg e Ferrante Imperato são pedras basilares para o início de um método, e para uma vertente epistemológica nunca vista e que, segundo Schnapp, será de vital importância para a formação da disciplina. A visão de Krzysztof Pomian (1990; 1992) sobre o colecionismo antiquário é fulcral para compreender as motivações que se encontram na formulação e manutenção destes gabinetes.

Trabalhos como os de Gloria Mora (1998) e Jesús Salas Alvarez (2004) representam contributos relevantes para o período cronológico em questão e para a temática do colecionismo arqueológico.

Já Tim Murray (2007a) defende os potenciais benefícios de rever a inclusão do conceito do antiquário na história da Arqueologia e, já em obra de teor universalista (2007b), em que a junção de documentos onde figuram temas arqueológicos, coleções e ações de personagens são concebidas como marcos cronológicos importantes. Schnapp (2013) consolida todas estas questões com a proposta de estabelecer uma história global do Antiquarismo. Esta permitiria conceber as consequências deste fenómeno para a conceção do Passado e da sua materialidade, cruzando inevitavelmente diferentes histórias da Arqueologia existentes na Europa. De facto, a visão local destes fenómenos conduz a uma revisão e recontextualização de documentos, obras e ações num período preciso, normalmente dispostas em fontes de várias tipologias (SALAS ÁLVAREZ, 2004: 13). É nesta passagem de meios geográficos alargados para zonas específicas onde se encontra o processo atual de explorar o Gabinete como uma realidade de interesse arqueológico, balançando as duas dimensões, dado que este pode ser comparado a um autêntico microcosmo (POMIAN, 1990: 69). Deste modo, transita-se para o que o meio nacional, neste caso português, permite oferecer nesse sentido.

1. Portugal e os seus Gabinetes

O antiquarismo é um fenómeno que abrange um período temporal mais alargado do que o que é aqui explorado, mesmo no território português. É de ressaltar que, durante o século XVI, enquadrado no espírito humanista, André de Resende formulava a sua obra *De Antiquitatibus Lusitaniae*, dando conta do legado romano na Lusitânia, analisando epígrafes (FABIÃO, 2011: 36). Elementos deste século perdu-

rariam certamente para o seguinte, como é visível nos gabinetes intergeracionais, mas também as ideias e a proveniência artefactual.

No tocante ao período cronológico e face ao caso português, o Gabinete do século XVIII foi alvo de estudo quer por parte da história da Museologia quer pela história da Ciência. A principal bibliografia neste sentido é Brigola (2003), que estabelece uma perspetiva de conjunto, intrinsecamente de teor museológico, mas que permite lançar as bases para pesquisas futuras. Concretamente neste trabalho, partimos da sua lista de gabinetes para a análise biográfica desses mesmos espaços, procurando aumentá-la ao mesmo tempo que se explora a sua potencial dimensão arqueológica. Já a nível de historiografia da Ciência, o artigo de Lourenço e Gessner (2012) explora a temática dos instrumentos científicos relacionados com os Gabinetes de Física em Portugal e Brasil. No que toca ao colecionismo arqueológico neste período, a obra de Brigola (2009) representa um importante repositório de fontes para o efeito.

Para os efeitos deste artigo serão explorados 13 gabinetes, apresentados com as suas características individuais, e posteriormente analisados em conjunto.

1.1. Gabinete dos Condes da Ericeira (XVII-1755)

O Gabinete dos Condes da Ericeira apresenta-se como um projeto familiar, cuja duração atravessa a transição entre o século XVII e o XVIII. Idealizado por D. Luís de Menezes (1632-1690), 3º Conde da Ericeira, este espaço viria a albergar vários tipos distintos de artefactos e instrumentos científicos, assim como de obras de arte, que o seu filho, D. Francisco Xavier de Menezes (1673-1743), 4º Conde da Ericeira, viria a expandir consideravelmente. Instalado no Palácio da Anunciada, em Lisboa, os limites físicos do gabinete não se limitam a uma divisão, dado que as coleções se encontravam dispersas pelos múltiplos espaços desta residência (COSTA, 1712: 438). Na descrição existente deste palácio é possível distinguir algumas particularidades no que toca a estas áreas:

- 1 – “(...) a melhor livreria de Portugal, pelo numeroso, & selecto, adornada de Globos, & instrumentos Mathematicos, medallas, & outras antiguidades” (COSTA, 1712: 438).

- 2 – “(...) hum espaçoso jardim com huma fonte feyta por Berino (...) uma grande rua cuberta de redes, & chea de pássaros, & da outra parte de arvores, & hortas deliciosas” (COSTA, 1712: 438).
- 3 – “(...) quatro quartos diferentes adornados de preciosos moveis, & excelentes pinturas, & todos se terminaõ em hum bellissimo eyrado de obra Mosaica com varias fontes, & estatuas” (COSTA, 1712: 438).

Estes espaços, encontrando-se em consonância com o espírito de D. Francisco Xavier de Menezes, representam praticamente todas as áreas do saber a que o 4º Conde da Ericeira se dedica. A primeira divisão, a biblioteca, ou neste caso, “livraria”, é aqui assumida como o Gabinete; a segunda, o jardim e as imediações, o espaço que albergará as “(...) coizas pertencentes à Historia Natural” (LISBOA, 1786: 16); enquanto que a terceira simboliza a galeria de arte e da pintura. Sendo impossível compreender na sua totalidade o espírito colecionista dos Condes de Ericeira sem enumerar estas realidades, focamo-nos essencialmente no Gabinete em si. Este possui um carácter extremamente dinâmico, quer pela extensão do legado do 3º Conde da Ericeira quer pela tipologia dos artefactos e instrumentos científicos que aí figuram. Dado que a livraria se encontra em permanente atualização – os instrumentos científicos e as antiguidades representam atividades em franca expansão – este Gabinete modifica-se com o tempo, as vicissitudes que concernem ao seu proprietário e as funções que lhe são destinadas. Não é assim estranha a sua menção, especialmente em fontes ou bibliografia que deem conhecimento quer de uma coleção de História Natural (LISBOA, 1786: 16) quer de um Gabinete de física (BARBOSA, 1903: 29).

Precisamente pela multiplicidade de temas que aloja, é inequívoco tratar-se de um local de estudo e reflexão, ainda que com componentes muito práticas e de experimentação, o que denotam os instrumentos presentes. Uma outra função seria a partilha de conhecimento, através da instauração de academias eruditas cujas reuniões aconteceriam no Gabinete do Palácio da Anunciada.

Já o anterior proprietário, D. Luís de Menezes, instaurara a Academia das Conferências Eruditas cuja reorganização, pela parte do seu filho, viria a formar a Academia Portuguesa, em 1717 (PAÇO, 1964: 70). Desta última reunião conhece-se a ordem de trabalhos:

O Conde de Ericeyra querendo fazer comunicável a sua universalidade em toda a literatura, & dirigir os coraçõens, & os discursos às virtudes moraes, & as sciencias, tirando destas as especulaçoens inúteis, instituindo no seu palácio hum congresso de pessoas eruditas, com o titulo de Academia Portugueza, cujas leys se comprehendem em vinte & dos preceitos. As assembleas começaraõ em 26. do mez de Mayo, & se continuaõ todas as quartas feyras de tarde. Em cada huma há sempre huma lição de Filosofia moral, outra de Filologia. Assumptos para dissertaçõens, Mathematicas, Phísicas, Moraes, & Criticas, & para versos (Gazeta de Lisboa, 10/6/1717).

Dos assuntos que a Academia Portugueza tratou, muitos se relacionaram com a erudição do Conde e, por conseguinte, usufruem dos instrumentos e objetos que se encontram no Gabinete deste último. Deste modo, o ambiente não proporciona apenas uma presença estética que emana intelectualidade, mas uma capacidade de uso, de relacionamento prático com as matérias das quais se tratam. Há que verificar que, nesta notícia, a presença das antiguidades como assunto aparenta estar ausente. Tal deve-se à inexistência de uma categoria de estatuto de estudo própria, como possuem a Matemática ou a Filologia, o que leva a que estas antiguidades sirvam na maior parte das vezes, como visível no capítulo anterior, de exemplos para a argumentação de um tema mais vasto. No entanto, não é de descurar a sua importância, dado que a generalidade dos académicos desta instituição viriam a pertencer à Academia Real da História Portuguesa, o que pressupõe que estes futuros membros dispunham do interesse pelas antiguidades e habilidades para as estudar. No que trata às antiguidades presentes neste Gabinete, é possível verificar a existência de medalhas e moedas pelas informações expostas anteriormente. Consegue-se ainda traçar a sua potencial proveniência, com a possibilidade de alguns destes objetos originarem de Condeixa-a-Velha, portanto Conímbriga, aos que se juntariam “vasos” e “esculpturas”, o que permite avançar com a hipótese de se tratarem de antiguidades do período romano (BARBOSA, 1868: 270). Este Gabinete viria a conhecer o seu fim com o terramoto de 1755, quando um incêndio devastaria o Palácio da Anunciada, levando consigo as coleções que se encontravam neste espaço.

1.2. Gabinete da Academia Real da História Portuguesa (1721-1755)

Com o nascimento da Academia Real da História Portuguesa, em 1721, surgiu igualmente um espaço cujo intuito seria providenciar uma visão das antiguidades nacionais. Essa lógica de conjunto estaria intimamente ligada com a pluralidade dos propósitos da Academia em termos da sua produção historiográfica, como é patente nas suas diversas conferências. Na base dos seus objetivos, o Alvará de Ley de 17 de agosto de 1721 toma um papel fundamental. Reconhecido na Europa como um dos primeiros documentos a ser formulado visando a proteção e salvaguarda do Património Cultural (FABIÃO, 2011: 49; RAMOS, 2021), ditava os moldes pelos quais se deveria investigar, salvar e punir eventuais transgressores que destruíssem monumentos relevantes.

Sublinhem-se certos pontos que se consideram fundamentais. O transgressor, neste caso, quem destrua, oculte ou dificulte o acesso às antiguidades, sofrerá o desagrado de D. João V, independentemente da sua camada social. A expressa menção de que ninguém está acima desta proibição demonstra o valor destas Antiguidades para a “glória da Nação Portuguesa”. As Antiguidades pertencem a um determinado espectro temporal, sendo os “(...) monumentos antigos, que havia, e se podia descobrir no Reyno dos tempos, em que nelle dominàrao os Phenices, Gregos, Penos, Romanos, Godos, e Arabios (...)” (Alvará em forma de Ley de 1721).

A conceção da história dos povos que habitaram no país é a vigente à época, de acordo com o que as fontes clássicas e medievais reportam. Não deixa de existir um marco temporal, o reinado de D. Sebastião, para o alcance desta medida. Assim depreende-se que os vestígios do domínio espanhol não estão contemplados e que, subsequentemente, quaisquer atos de vandalismo não incorram no desagrado do Rei.

Deste modo, o Alvará em forma de Ley concebe-se igualmente com uma dimensão de instrumentalização política, dado que não penaliza a extinção de um momento da história recente do país, a falta de Antiguidade deixa assim desprotegidos outros edifícios do Reino. Já as “antigualhas” em questão são “(...) edifícios, estatuas, mármore, cippos, laminas, chapas, medalhas, moedas, e outros artefactos (...)” (Alvará de Ley de 1721). Repare-se que existem componentes comuns

a estes vestígios, quer seja pela sua dimensão arquitetónica e artística quer pela sua capacidade de retenção de escrita ou elementos identificáveis que remetam para a sua cronologia.

Estes dados constituem-se como uma constante no que toca à preferência de estudo dos antiquários, intimamente ligada com a história de arte e filologia, mas com o redobrado propósito da potencialidade comparativa com as fontes escritas. Contudo, há espaço para outras antiguidades, o que permite abertura para as inquirições e para novas descobertas. Finalmente, D. João V relega para as “(...) Camaras das Cidades, e Villas deste Reyno (...)” que se comunique novos achados e que conservem e guardem as antiguidades existentes na localidade (Alvará em forma de Ley de 1721). Assim, estende a sua vontade para uma infraestrutura que, em constante comunicação direta, possui a responsabilidade de aplicar na prática esta lei.

Este projeto coletivo era apenas possível através das informações disponibilizadas pelas terras que teriam recebido notícia do Alvará em forma de Ley e da sua execução, dos próprios académicos que, deslocando-se pelo país, remetiam artefactos e ilustrações ao secretariado da Academia. A título de exemplo, aprofundamos os trabalhos de membros específicos desta instituição.

D. Jerónimo Contador de Argote é um académico com particular relevância para o estudo das antiguidades portuguesas. Nas Memórias Históricas para o Arcebispado de Braga, o autor discorre, em vários volumes, sobre as origens do território bracarense. A nível arqueológico o seu testemunho afigura-se frutuoso pois além de dar particular importância à ocupação romana e às materialidades que dela advirão, Contador de Argote enuncia e descreve antiguidades que observou ou cujas notícias lhe fizeram chegar. O seu propósito não é de todo meramente estético: estas antiguidades produzem a prova necessária para a justificação da narrativa cronológica que o autor pretende transmitir. O facto de se encontrarem antiguidades *in loco*, que corroboram as fontes clássicas, permite a segurança necessária para estruturar um relato histórico cuja fidelidade seja assegurada.

Se de facto as fontes orientam a pesquisa, as estruturas, vias, vestígios arquitetónicos, em suma, a materialidade é a prova fundamental para os argumentos que o autor apresenta. Os “juízos” presentes na obra caracterizam-se, geralmente, por inferências a partir de vestígios *in loco*, cuja visita pelo próprio é necessária, para atestar a veracidade ao leitor (ARGOTE, 1734: 464). Dado o cariz geográfico da obra, a

descrição de montes, vales e povoações que possuíssem vestígios de ocupação romana era exaustiva.

A preocupação em demarcar os limites e as vias traduzia-se no uso das inscrições como potenciais marcos na paisagem. Da multiplicidade de aspetos que Contador de Argote trata, a capacidade de retirar “(...) as distancias das terras, os nomes, os edificios, e as Familias (...)” (ARGOTE, 1734: 513) das inscrições é uma das mais relevantes características que estas antiguidades dispõem. De facto, a sua importância é de tal modo expressiva que a utilização de manuais internacionais para permitir o reconhecimento, recolha e investigação de vestígios materiais da Antiguidade tomam parte das obras portuguesas.

Associada à investigação do académico encontra-se ainda uma referência incontornável à arte pré-histórica rupestre: as gravuras de Cachão da Rapa, em Carrazeda de Ansiães, presentes na obra de Contador de Argote (ARGOTE, 1734). Não seria atribuída uma antiguidade concreta a estes caracteres, mas atestou-se efetivamente a sua existência.

No que toca ao período pré-histórico, encontramos ainda um testemunho extremamente relevante, do académico Mendonça e Pina, que em 1733, apresenta uma comunicação à Academia acerca do que hoje sabemos serem monumentos megalíticos. A tese de Mendonça e Pina encontra-se numa ligação com a religião, em particular, com o catolicismo:

(...) os pastores e rústicos circunvizinhos affirmao, que erao Altares, em que se queimavao algum dia as primícias; noticia, que conservao por tradição, e de que faz menção o sobredito author; e reparamos, que em Italia, França, Germania, Hungria e Castella, nunca vimos semelhantes Altares, ou Antas (PINA, 1733: XVI).

De facto, socorrendo-se dos relatos de tradições locais, Mendonça e Pina recupera dados que lhe permitem estabelecer um paralelo funcional entre o propósito de um altar e o de uma anta. A queima de dádivas para obter boas colheitas não seria de todo incomum à memória popular, estabelecendo-se como um elemento unificador entre as antas e as populações vizinhas. O académico refere ainda quão único aparenta ser este fenómeno, dado que pela sua própria observação nunca verificou a existência destes monumentos em qualquer um dos países mencionados.

No que toca às antas, a sua artificialidade é inequívoca. Dado o seu carácter humano, Mendonça e Pina pôde, por pura regressão histórica, estabelecer uma cronologia relativa, especificamente reportando-se às tradições religiosas dos povos antigos. Eliminando consecutivamente alguns destes últimos, quer por características arquitetónicas ou pela potencial funcionalidade da anta como altar, o académico remete para os tempos em que ainda não se utilizavam ferramentas feitas de ferro (PINA, 1733: XVI; CARDOSO, 2022: 294).

Perfeitamente enquadrado no paradigma bíblico, este argumento emerge como a mais recuada menção de artifícios humanos concebível à época. Face a estes primeiros povoadores, as antas transformam-se em testemunhos de inegável importância para uma sociedade católica, dado que os vestígios por excelência do culto a Deus nas etapas iniciais da civilização não podem deixar de ser estudadas. A constituição da anta como fenómeno primordial católico é uma particularidade portuguesa, com o druidismo e celticismo a imperar como mecanismos epistemológicos no resto da Europa (FABIÃO, 2011: 59).

De facto, compreende-se existir um conjunto de incumbências atribuídas aos seus membros. A lista de objetivos é vasta e ambiciosa, no sentido de que cobre vários temas – religião, política, economia – num meio geográfico nacional e ultramarino numa dilatada cronologia. É nesse âmbito que encontramos a ação do Marquês de Abrantes e do Conde da Ericeira. O primeiro não só é diretor desta instituição, o que revela uma atitude ativa acerca da escrita da História de Portugal, como possui a tarefa de escrever a história das medalhas do Reino (SYLVA, 1727: 66). Já ao segundo cabe a escrita da História e Memórias da Diocese de Évora (SYLVA, 1727: 60). Repare-se em como estas missões se vão conectar com os conteúdos dos respetivos Gabinetes, como veremos de seguida. No caso do Marquês de Abrantes, o medalheiro tinha a capacidade de oferecer uma componente experimental e útil. Por outro lado, no Gabinete do Conde da Ericeira, esse intimamente ligado a uma componente prática devido aos instrumentos que lá figuravam, como vimos anteriormente, abundavam igualmente antiguidades.

A escrita da História bebia diretamente das antiguidades. Como a História de Évora, como exemplo, era tendencialmente, pela herança humanista de autores como André de Resende, uma narrativa que incluía objetos arqueológicos, não seria estranha a utilização de antiguidades como estátuas, medalhas e vasos para ilustrar esse mesmo conhecimento da diocese. Assim, os gabinetes destes eruditos, dentro

das funções que pudessem possuir, praticavam, através da dimensão arqueológica, uma escrita da História. Os artefactos eram a prova necessária, mas se esse regime probatório assentasse numa visão empírica, na posse das antiguidades e na possibilidade de os analisar pessoalmente, aliada à lógica dos autores de fé, estariam completos os requisitos para a conceção da historiografia setecentista.

Entre muitos outros exemplos de investigação, o labor dos membros da Academia é notório: “(...) [a acção da Academia] permitiu ainda encontrar restos arqueológicos que, em muitos casos, puderam ser salvos da destruição constituindo a decisão régia um estímulo para se erguer o primeiro inventário artístico do Reino.” (SERRÃO, 1974: 72).

É de particular interesse referir que em 1727, é escrita uma obra que evidencia a história desta instituição, apenas seis anos após a sua formulação, da autoria de D. Manuel Telles da Sylva, Marquês do Alegrete e Secretário da Academia.

O terramoto de 1755 viria a ditar a destruição desta coleção, com o edifício onde estava sediada a Academia Real da História Portuguesa a sofrer danos irreversíveis.

1.3. Gabinete do Duque do Cadaval (XVIII-1755)

Gabinete formado por D. Jaime de Melo, 3º Duque do Cadaval, no seu palácio em Lisboa. A sua coleção é fundamentalmente reconhecida pela inclusão de objetos numismáticos e de manuscritos antigos (BARBOSA, 1903: 30). Na sua biblioteca privada encontrava-se anexada a coleção de moedas antigas, sendo algumas pertencentes ao período romano (SOUSA, 1738: 107). Este Gabinete terá sido afetado pelo terramoto de 1755, não se conhecendo referências posteriores a esta coleção.

1.4. Gabinete dos Marqueses de Abrantes (XVII-?)

O Gabinete dos Marqueses de Abrantes resulta de uma conceção familiar, à semelhança do realizado pelos Condes da Ericeira. A coleção era conhecida principalmente pelo seu avultado medalheiro, instaurado no seu palácio, onde se encontravam medalhas antigas, de ouro e prata (CENÁCULO, 1843: 277). D. Rodrigo Anes de Sá Almeida e Meneses (1676-1733), primeiro Marquês de Abrantes, membro proeminente da

Academia Real de História Portuguesa, possuía como objetivo a escrita da história das medalhas e numismática de Portugal (Gazeta de Lisboa, 7/5/1733). Menos relatada é a presença de artefactos arqueológicos, que proviriam de sítios com ocupação romana, como no caso do Gabinete dos Condes da Ericeira (BARBOSA, 1868: 270).

Este dado é tanto ou quanto mais plausível face à estada de D. Rodrigo Meneses em Roma, desempenhando funções de embaixador e se ocupava de assuntos ligados às belas artes e às ciências (RIBEIRO, 1872: 195-196). O seu filho, D. Joaquim Francisco de Sá Almeida e Meneses (1695-1756), que viria a dar continuidade às coleções do seu pai, acabaria por colaborar com D. António Caetano de Sousa (1674-1759) no esboço de escrita de um capítulo sobre as antigas medalhas do reino de Portugal (SOUSA, 1738: 105). Do mesmo modo, resgatou os resquícios da coleção que sobreviveram aos episódios destrutivos do terramoto de 1755, e adicionou, ainda que brevemente, objetos da história natural (BARBOSA, 1903: 30). O término deste Gabinete não se aparenta passível de verificar.

1.5. Gabinete de Frei Manuel do Cenáculo (1755-1791)

As atividades eruditas de Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814), pela sua dimensão e multiplicidade, apresentam-se como ímpares no século XVIII português. Seria pela sua erudição, que viria a formar, em 1791, o Museu Sisenando Cenaculano Pacense, onde confluíam todos os objetos, matérias e ideais que o bispo possuía (BRIGOLA, 2003: 423; ALMAGRO-GORBEA, CARDOSO E ANTUNES, 2020: 239). No entanto, as suas investigações arqueológicas permitem compreender que o seu museu em Beja, já um produto maduro destas, teria raízes mais profundas.

Cenáculo, para além de toda uma obra pautada por um interesse arqueológico expressivo que será evocado num ponto posterior, procedeu a uma descoberta de artefactos de extrema importância: as estelas da Escrita do Sudoeste. Este sistema de escrita, inserido, face aos dados do conhecimento hoje disponível, no quadro cronológico da Idade do Bronze, seria alvo das indagações do prelado, desenhadas no Álbum das Lápides e expostas no Museu de Évora. Frei Manoel do Cenáculo, embora preconize uma potencial Idade do Bronze para o território nacional, não correlaciona estes achados com os artefactos

em bronze que analisou ainda que sublinhe o poder informativo que as escavações possuem para enquadrar estes achados, como no Castro da Cola (CENÁCULO, 1791: 384-385).

Assim, Cenáculo assume o sistema de escrita como tendo caracteres com semelhanças fenícias ou turdetanas, remetendo-as para uma fase de “civilização”. Aplicando os mesmos métodos epigráficos que efetua para outros registos, Cenáculo interessa-se por estes achados na medida em que são testemunhos que possuem elementos que considera fundamentais: as letras. Desde o Grego ao Hebraico, o prelado discorre, ao longo das suas obras, da importância do estudo da génese da literatura, enquanto fator cultural latente nas civilizações, na mente daqueles que se consideram povos cultos (CENÁCULO, 1791: 17-18). Assim, há que inserir estas descobertas na agenda de Cenáculo, de cultivar as populações e de explicar-lhes a importância da história da Literatura, onde utiliza esses vestígios epigráficos. No que toca à escrita da História setecentista, a presença de um sistema de escrita é considerado uma inovação que está muito além das capacidades da barbárie. Deste modo, quaisquer vestígios que possuam características de uma escrita são testemunhos civilizacionais. Frei Manoel do Cenáculo, perante um fenómeno desconhecido, mas de manifesta antiguidade, age com a lógica que a época permite, recuando estas estelas como pertencentes às nações mais antigas que povoaram aquele território (CENÁCULO, 1791: 385). Por outro lado, o prelado constitui como sua missão a proliferação do saber e dos valores culturais portugueses, em conformidade com os cânones iluministas. Assim, na sua busca por sítios chave da História Portuguesa, contextualiza os achados segundo o seu conhecimento, um modelo temporal bíblico e uma lógica de servir o presente através do passado, perspetiva comum a estes investigadores. Por estes motivos, a distinção entre a barbárie e civilização e entre o antigo e o moderno são traços característicos destas interpretações, que são utilizadas face a realidades que não possuam fontes, tradições ou dados.

A sua rede pessoal é a mais expressiva do conjunto dos colecionadores que tratam de temáticas históricas e arqueológicas. O extenso volume de documentação que se reporta à correspondência enviada e recebida abarca milhares de epístolas, cujos assuntos variam enormemente, demonstrando a já conhecida erudição de Cenáculo (OLIVEIRA, 2013: 179-180). Quer em âmbito internacional ou nacional, o prelado de Beja possui um nítido interesse no estabelecimento de um universo vasto de correspondentes, trocando artefactos e informações através

dos seus contactos. De facto, Cenáculo será o elemento agregador do pensamento arqueológico para os finais do século XVIII, juntando em seu redor os colecionadores, eruditos e curiosos que ainda existem no término deste período.

Após o terramoto de 1755, Cenáculo salvaguardou um conjunto de antiguidades romanas (FABIÃO, 2011: 64), sendo que até 1777 reunirá os mais variados objetos, concretamente uma coleção de moedas, no Convento de Nossa Senhora de Jesus em Lisboa (BRIGOLA, 2003: 426). Um traço particular é a sua ação na descoberta dos materiais que coleciona, procedendo a escavações em Sines, Tróia, Ourique e outras zonas do sul do país, registando e inventariando artefactos (FABIÃO, 2011: 70; BARROS, 2014: 18). Assim, a existência de um Gabinete precede o museu, sendo que o primeiro terá certamente servido de pano de fundo para a constituição do segundo. De facto, a passagem de Beja para Évora, quando Cenáculo se torna Arcebispo dessa mesma região, acabaria por dotar esta última de um museu de conteúdo extremamente relevante, que elevaria a vida cultural da mesma (ALMAGRO-GORBEA, CARDOSO E ANTUNES, 2020: 241)

Deste modo, quando se origina o museu, dá-se uma nova etapa, uma reformulação dos propósitos do Gabinete, pelo que consideramos a data do término deste último em 1791, embora o pendor colecionista de Frei Manuel do Cenáculo perdure para além da passagem do século. Com o enriquecimento de vários gabinetes que frequenta, Cenáculo viria a ser fulcral no estabelecimento da coleção antiquária da Real Academia das Ciências de Lisboa, recentemente alvo de estudo no olhar arqueológico contemporâneo (ALMAGRO-GORBEA, CARDOSO E ANTUNES, 2020).

1.6. Gabinete de Domingos Vandelli (1764-1772)

Domenico Agostino Vandelli (1735-1816), erudito especializado em História Natural e que viria para Portugal a pedido do Marquês de Pombal (CRUZ, 1976: 6), mais sobejamente conhecido por Domingos Vandelli, viria a oferecer uma das coleções mais vastas e conhecidas no que toca à lista de Gabinetes que aqui figuram. Em primeiro lugar porque se distinguem dois momentos na sua atividade colecionista: a formulação em Pádua, Itália, de um *museo*, entre 1757 e 1763, e uma outra realização já constituída a partir de Lisboa, entre 1764 e 1772,

sendo que ambas acabariam por se fundir, integrando as coleções da Universidade de Coimbra, no ano de 1772 (BRIGOLA, 2003: 147). Vandelli desempenharia igualmente uma importante função nesta mesma instituição educativa, ocupando a cadeira de Química e História Natural e utilizando as suas coleções para auxiliar o processo didático (RATTON, 1920: 164).

É de ressaltar que o carácter utilitário que se depreende da observação dos Estatutos da Universidade de Coimbra (1772), onde se contemplam comentários acerca da natureza da componente privada destes Gabinetes, se alia a um carácter eminentemente político e ideológico, nomeadamente no que toca ao episódio da expulsão da Ordem dos Jesuítas: “O que V. S. a me participa sobre o Gabinete que vai formando Vandelli na antes Livraria Jesuítica, faz lembrar o como a Providencia Divina se serve muitas vezes da malícia humana para instrumento de obra utilíssima, e de tanta necessidade como esta.” (RIBEIRO, 1872: 389). É com a junção de dois documentos, Saggio del Museo di Domenico Vandelli. Padova (1763) e Auto de Exame e Avaliação dos Varios Generos, e productos de que se compoem dous Gabinetes do Museu da Historia Natural, que se achão nesta Universidade (1779) que se compreendem as dinâmicas e conteúdos da sua coleção.

Do primeiro documento, importa frisar apenas uma pequena parte, dada ser a nossa problemática a parte que reporta às antiguidades, que enuncia os objetos arqueológicos que figuram no Gabinete de Pádua:

(...) XVIII° Antichità, cioè Urne, vasi lacrimali, lucerne, idoli, voti, etc., e 3000 monete e medaglie Romane, Greche, etc. Un Centauro d’argento com ruote interne, per le quali camina, e getta la freccia. Un orologio da tavolino com pittura di Raffaerl d’Urbino, adornato di diaspri, agate, corniole, ed onici (Saggio del Museo di Domenico Vandelli. Padova. Por Domingos Vandelli, 1763, apud BRIGOLA, 2003: 583).

No segundo documento, já relativo à coleção adquirida pela Universidade de Coimbra, encontram-se igualmente artefactos, oferecendo também dados de natureza comercial, sobre o ato da aquisição deste já segundo Gabinete:

Anno do Nascimento de Nosso Senhor JESUS Christo de Mil Settecentos settenta e nove; aos vinte dias do Mez de Julho do ditto Anno: No Museu desta Univercidade sendo presentes os Doutores Joze Monteiro da Rocha, Lente da Cadeira das Sciencias Fizico Mathematicas; e João Antonio

Dalla Bella, Lente da Cadeira de Física Experimental; os quaes ambos por Portaria do Ex.mo e R.mo Snr. D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, Bispo de Zenopole, cuadjutor, e futuro successor da Dioceze de Coimbra, do Conselho de Sua Magestade e Reformador Reytor desta Universidade etc datada em dezasete do mesmo Méz, forão convocados ao dito lugar, por terem sido nomeados como Deputados da Congregação Filozofica, para examinarem e avaliarem, os varios Generos e productos de que se compoem o Museu da Historia Natural que o D.or Domingos Vandelli Lentes das Cadeiras de Historia Natural, e de Chymica; tinha na Universidade de Pádua, e que para esta Universidade, tinha sido conduzido por ordem e a custa de Sua Magestade o Senhor Rey Dom José o I.º que Deus tem em Gloria, sendo antes ajustado pelo preço de déz mil cruzados: E procendo ambos os dittos Deputados, ao referido exame e avaliação, obcervando meudamente todos os productos pertencentes aos trez Reinos da Natureza, acharão que no Reino Animal contem o dito Museu, diferentes preparações anatomicas, em seco feitas sobre paineis, esqueletos de varios animais e varios abortos de idades diffrentes, concervados em espirito de vinho; e tambem varias conchas raras entre. varios testaceos, e Lithoficos: No Reino Mineral observarão huma copiosa collecção de Marmores diferentes da Italia, e outros Paizes; outra grande collecção de diversas Minas Metallicas, em que entrão algumas de ouro e prata; outra grande collecção de Petrificados, tanto do Reino Vegetal, como do Animal: Outra boa collecção de pedras duras, e preciosas, em que entrão topazios, Esmeraldas, e Chrysolitas, Porphidos, e outras; e finalmente outra Collecção notavel de diferentes terras, tanto primitivas, como derivativas: E no Reino Vegetal, examinarão em primeiro lugar, huma copiosissima ColJecção de Plantas Secas bem concervadas, e dispostas, em claces, conforme o Systema de Linneo, em muitos armarios; e em Segundo lugar, huma grande de diferentes Madeiras, Frutas, Sementes, e outras couzas semelhantes. Alem do referido examinarão, huma grande Collecção, quazi completa de Medalhas Romanas, entre as quais muitas são de prata, e algumas de Ouro, com muitas outras da meya idade, e algumas modernas; e com Lucernas antigas, Vazos cinerarios, e finalmente hurna Estatua de hum centauro de. prata com arteficio para se mover por si mesma, fazendo diferentes giros e atirando setas. E sendo tudo visto, e ponderando as grandes despezas, que erão necessarias para formar huma tão numeroza, e escolhida Collecção, julgarão que ella vale muito bem a quantia dos déz mil cruzados pela qual tinha sido ajustado (...) (Auto de Exame e Avaliação dos Varios Generos, e productos de que se compoem dous Gabinetes do Museu da Historia Natural, que se achão nesta Universidade. Por José Monteiro da Rocha e João Anto dalla Bella, 1779, apud CRUZ, 1976: 38-39).

Não deixa de ser relevante frisar que, do primeiro para o segundo documento, o número de antiguidades é descrito de modo distinto. O relato mais expressivo e demorado realizado pelo próprio Vandelli é encurtado, e embora se refira a natureza dos metais que constituem as medalhas, o número destas não é especificado, existindo igualmente artefactos, como as urnas, os ídolos e os votos a não figurarem no primeiro. Esta ausência na fonte em questão não implica necessariamente que as antiguidades tenham desaparecido à data da sua formulação. Por outro lado, o facto de se encontrarem omissas poderia representar um dado que, em consonância com o aumento do interesse pela História Natural no gosto português, poderia relegar para segundo plano a coleção de antiguidades.

1.7. Gabinete de Gerard de Visme (1778-1834)

Gerard de Visme (1725-1797) estabeleceria um Gabinete numa quinta perto de S. Domingos de Benfca, comprando os terrenos em 1767, sendo edificada a sua casa de férias em 1778. Dado que em 1791 esta quinta, juntamente com o “museo” é anunciada como estando em venda na Gazeta de Lisboa (Gazeta de Lisboa, 27/12/1791), neste espaço de treze anos, Gerard de Visme terá constituído uma coleção baseada em História Natural e antiguidades (BARBOSA, 1903: 34).

A compra foi efetuada pelo 3º Marquês de Abrantes, D. Pedro de Lencastre da Silveira Castelo Branco Almeida Sá e Meneses (1771-1828), o que oferece novos dados sobre a continuidade do gosto pelo colecionismo dos Marqueses de Abrantes, assim como a potencialidade de existirem fusões entre Gabinetes, ao longo dos tempos. Finalmente, a quinta e o Gabinete de De Visme seriam propriedade da Infanta D. Isabel Maria, a partir de 1834, aquando da venda pela parte dos herdeiros de D. Pedro de Lencastre (BARBOSA, 1903: 34).

1.8. Gabinete de Francisco Martins Sampaio (1780-1794)

O Gabinete de Francisco Martins Sampaio (?-1794), localizado no Largo do Calhariz em Lisboa, conhece-se fundamentalmente pelos contactos que o advogado da Casa da Suplicação possuía com Frei Manuel do Cenáculo, remetendo uma data inicial da formação

desta coleção para 1780, quando se terá efetuado essa troca de correspondência (BRIGOLA, 2003: 406). A sua venda atravessa duas fases, explanadas na Gazeta de Lisboa, sendo a primeira ainda efetuada em 1793:

O Advogado Francisco Martins Sampaio, morador ao Calhariz, pertende vender o seu Gabinete Conchiliologico, e juntamente a Collecção de Arvores Marinhas, e Petrificações: quem o quizer comprar por junto, sendo pessoa em quem se não presuma mais curiosidade de ver, que vontade de comprar, pode ir vello (Gazeta de Lisboa, 24/12/1793).

Por estes dados, verifica-se que a coleção estaria ligada à História Natural, concretamente conchas, corais e fósseis. No entanto, e face à inexistência de compradores interessados e ao falecimento do proprietário em 1794, uma segunda notícia, muito mais detalhada, surge na Gazeta de Lisboa:

Por falecimento do Doutor Francisco Martins Sampaio se põe em venda, por seu Testamenteiro Manoel Rodrigues de Sá Viana, o seu precioso Gabinete de História Natural, bem conhecido pelas raras produções que contém dos Reinos da Natureza. A parte da Conchiologia he mais completa, por nella haver as cousas mais raras e mais escolhidas. Tambem comprehende Coraes, Madreporos, e Coralleiras igualmente raras, e vários Bezoares Orientaes e Occidentaes de diversos animaes. Na Mineralogia contém varias produções muito raras, e finalmente huma numerosa Collecção de Medalha de ouro, prata, &c. e varias pinturas em Mosaico, com outras curiosidades da Arte (Gazeta de Lisboa, 7/3/1794).

Não só se exalta o carácter de raridade ou de coesão interna das divisões das coleções, como se adensam as características do seu conteúdo. É de sublinhar a existência de medalheiro, pinturas em mosaico e objetos artísticos que não figuravam na notícia anterior. Não implica que estas não tenham existido no ano da primeira tentativa de venda, mas antes o desinteresse em relevar a total extensão deste Gabinete pode denotar uma mudança de gosto pela parte do público que consome estas coleções. Em todo o caso, a tentativa terá produzido resultados positivos, presumindo-se que tenha sido adquirido posteriormente.

1.9. Gabinete de José Mayne (1780-1834)

Este Gabinete, criado por Frei José Mayne (1728-1792), da Terceira Ordem de S. Francisco, composto por artefactos, objetos artísticos e um medalheiro, entre outros produtos naturais, sendo que Frei Manuel do Cenáculo terá ajudado na sua constituição, fornecendo doações das suas próprias pesquisas (BARBOSA, 1903: 32). Após a morte de Mayne, as suas coleções continuariam a figurar no Convento de Jesus, em Lisboa, onde se encontrava instalado, sendo que, a partir da extinção das ordens religiosas, em 1834, passaria a integrar o Museu da Academia Real das Ciências de Lisboa (BARBOSA, 1903: 33).

1.10. Gabinete dos Marqueses de Angeja (1782-1840)

Este espaço organizado por D. Pedro José de Noronha, 3º Marquês de Angeja (1716-1788) e pelo seu filho D. António José Xavier de Noronha, 4º Marquês de Angeja e 6º Conde de Vila Verde (1741-1811), constituía-se como um Gabinete e um jardim botânico, respetivamente no Palácio da Junqueira e no Palácio do Lumiar (BRIGOLA, 2003: 536). Das suas coleções destacam-se duas particularidades: a primeira o facto de possuir um projeto museológico conhecido, cujas plantas e disposição ainda hoje se conhecem (GUEDES, 1993-1994: 373) e a segunda, a notícia de intelectuais estrangeiros que visitaram e detalharam o Gabinete em questão (VASCONCELOS, 1920: 153).

Embora a construção do estabelecimento se reporte apenas ao acondicionamento de materiais relativos à História Natural no Palácio do Lumiar, é possível ressaltar a importância que a atividade colecionista em geral desempenharia para esta família, dado que as implicações de erguer um anexo de raiz, nos terrenos do palácio, assim como o transporte, manutenção e supervisão de animais e plantas seriam expressivas. Já os relatos de intelectuais estrangeiros cristalizam-se no testemunho de Francisco Pérez Bayer, que visita o Gabinete em 1782 e de Heinrich Link, já no final do século. Deste viajante é conhecido o seu diário, transcrito para O Arqueólogo Português por Leite de Vasconcelos (1920), pela sua pertinência para a história da ciência nacional. Transcreve-se, portanto, a parte referente às coleções do Marquês de Angeja:

Jueves 21 – Por la mañana tenia cita para ir á ver el museo de el Marques d’Angeisa. (...) El museo de medallas, si quitamos la colección de varones ilustres en que abunda, y entre los que hai muchissimas medallas de oro y plata, y medallones, no és cosa particular. El de Historia natural és seguramente cosa mui grande. El ramo de minerales tiene piezas, una de oro como lo crió el Autor de la Naturaleza de una libra y más, y otras menores. De plata hai especialmente un trozo que pesa veinte y quatro libras castellanas: christal de roca en que hai una esmeralda: outro en que hay un zafiro, y otros en que se vem otras piedras y raridades no solo preciosas por su estranheza, sino por su valor. Conchas com pelras ya formadas y pegadas á ellas muchissimas y mui grandes: piedras assi de Portugal como de fuera, diaspros, verde antico, lápis lazúli, agathas mui diafnas: piedras medicinales, y otras sin numero. Petrificaciones de insectos, de maderas de hongos, de uma hoja de col, que coge tanto âmbito como una mediana campana &. Mucho y mui selecto de Ornitologia y Ichtyologia (ó de aves y peces), coquillages, insectos. Armas de los Indios de madera. Instrumentos para cortar arboles y labrar los utensilios de las casas, sillas, mesas, areas, telas larguissimas y de seis y siete palmos de ancho á manera de los papeles gruesos de la China, sin que se reconozca tejido, ni urdimbre ni trama mui sutil y tan flexible como las musselinas lo que á mi me causava admiración, porque me dixo el que nos enseñaba el museo, que el material de aquella tela eran cortezas (quiso decir fibras ó la camisa interior entre la corteza y el tronco que és por donde se comunica á los arboles el jugo) de ciertas plantas, semejantes al Biblo o papiro de los Egipcios, y veemos que este papiro no és flexible y solo permite rollarse, y si lo doblan se quebranta. Vi una Mumia Egypcia mui bien conservada después talvez de algunos milhares de años (quatro decia nuestro conductor á lo que yo ni contradixe, ni assenti) com muchas letras ó geroglyphicas Egypcias. Ninguno havia asta entonces visto tan bien conservado. (...) (VASCONCELOS, 1920: 152-154).

O Gabinete acabaria por ser vendido aos Marqueses do Faial, em conjunto com todas as suas coleções, em 1840 (GUEDES, 1993-1994: 382). Sobre a múmia egípcia, sabe-se que hoje figura no espólio do Museu Nacional de Arqueologia, juntamente com uma máscara funerária da coleção dos Marqueses de Angeja (GUEDES, 1993-1994: 382-383).

1.11. Gabinete dos Padres Teatinos (1787-1834)

O Gabinete dos Padres Teatinos encontrava-se sediado no Convento dos Clérigos Regulares de S. Caetano, em Lisboa (BRIGOLA,

2003: 410). Entre as personagens que contribuíram para este estabelecimento de coleções encontram-se D. António Caetano de Sousa (1674-1759), sócio da Academia Real da História cuja obra é de largo interesse historiográfico, e D. Manuel Caetano de Sousa (1658-1734), que viajou e tomou contacto com vários sítios arqueológicos em Roma (BRIGOLA, 2003: 411). Assim, em 1787, forma-se oficialmente o Gabinete, tendo como principal cuidador D. Tomás Caetano de Bem (1718-1797).

Após uma crítica à coleção pela parte de William Beckford face ao seu medalheiro, o Gabinete sofre um roubo em 1791, sendo a única informação deste género que obtemos para estes espaços. É através da tentativa de Caetano do Bem em doar os conteúdos deste estabelecimento à Coroa Portuguesa que se conhecem os artefactos no seu interior:

Gabinete Erudito 1. Medalhas Romanas, Gregas, Góticas, Árabes. Antigas e Modernas. Série de Medalhas de Papas. Começam em Martinho V. Fora de Roma é raríssima. 2. Livros e Autores que tratam de seu conhecimento e Ciência Numismática. Estátuas e Imagens da Antiguidade. O célebre André de Resende em seu Testamento deixou por legado ao Senhor Infante, Cardeal D. Afonso as Medalhas Romanas que tinha; e uma Imagem de Livia. O Senhor Rei D. João V atendendo a Representação feita pela Real Academia, publicou uma Lei para a Conservação das Medalhas e monumentos da Antiguidade. (...) (apud BRIGOLA, 2009: 41).

1.12. Gabinete de João Vidal da Costa e Sousa (1788-XIX)

As atividades numismáticas do desembargador João Vidal da Costa e Sousa, intendente geral da Polícia e víveres do Exército, encontram-se descritas na sua correspondência com Frei Manuel do Cenáculo, já em 1782, embora a primeira referência à constituição de um Gabinete seja de 1788, através do Almanach de Lisboa (BRIGOLA, 2003: 435). Das poucas informações que se obtiveram, destaque-se a componente artefactual, visto que além da numismática, o proprietário colecionaria também antiguidades que ofereceria a Cenáculo: “Tambem ofereço a V.Ex.^a os pequenos pedaços de bellos Marmores verde antigo, e roxo achados por mim nas ruínas do templo de Milreu, de que fez menção o P.e M.e e Fr. Vicente Salgado a pag.86 do seu 1º tomo da s. Memorias Ecclesiasticas, assim como doze pedaços do xadrez de pedrinhas (...)” (apud BRIGOLA, 2003: 435).

No entanto, poderá remeter-se para uma data anterior a busca de antiguidades por Vidal da Costa, dado que em 1761, através de um documento que oferece um relato das suas descobertas no sítio romano de Tróia, Setúbal, tal pode verificar-se:

Um bom setubalense João Vidal da Costa e Sousa, homem de variados conhecimentos, e desembargador do Paço, sempre que ocasião se lhe oferecia, passava de Lisboa a visitar a sua terra, e daqui ei-lo atravessando o Sado [?] na margem oposta e durante largos dias cavando no meio das dunas, e sempre mais ou menos desenterrando monumentos e antigualhas, muitos blocos d'architectura e escultura, grandes edificios, diversas colunas, capiteis cippos, inscrições lapidárias, lâmpadas, amphoras e muitos outros diversos vasos de barro, moedas de ouro, prata e bronze, grande quantidade de pedras, algumas mui finas e optimosamente trabalhadas, como [?], diferentes objectos de ouro, prata, marfim e vidro, assim como [?] diversas formas de pratos, vidro, mármore, marfim (...). (Manuscrito nº1).

1.13. Gabinete de António Jacinto de Araújo (1789-1798)

António Jacinto de Araújo (?-1797), professor de escrita e aritmética em Lisboa, formaria um Gabinete, de data provável de seu início 1789, dedicado à História Natural (BRIGOLA, 2003: 398). Tendo sido formulado na sua própria residência, como é hábito, este espaço prima pela quantidade de espécimes, minerais e objetos relacionados com a Natureza, mas igualmente pelas informações que, aquando da vontade do proprietário em doar a sua coleção ao Museu Real da Ajuda, já em 1798, se obtêm. A proveniência desta coleção, divide-se pelo Império Português: pelo Brasil, como é habitual nos exemplares de animais, regiões africanas e Timor (BRIGOLA, 2003: 402). Esta informação, conectada com as próprias descrições das coleções, como “amostras de madeiras exóticas, objectos manufacturados como adornos de penas de aves usadas pelos índios, pratos e colheres de tartaruga (...) ágatas, ametistas, topázios, esmeraldas, safiras, opalas (...)” (BRIGOLA, 2003: 402), permite traçar eventuais percursos que estes objetos possuíram até se encontrarem no seu Gabinete. Adicionalmente, o facto de se conhecer o mobiliário no qual estes se acondicionariam deve-se à sua cedência em conjunto com o espólio, com os “armários guarnecidos de grandes vidros, uma cómoda e uma banca de vinhático, ambras envidra-

çadas, e mais cem dúzias e tabuleiros de folha de Flandres” (BRIGOLA, 2003: 402), a serem assim enviados.

2. Aspetos e características dos Gabinetes

2.1. Localização

Em termos de localização destes espaços de coleção, constata-se que a sua grande maioria se encontrava na cidade de Lisboa. Aparentam-se apenas como exceções o Gabinete de Frei Manuel do Cenáculo, que embora também possua uma ligação ao Convento de Nossa Senhora de Jesus, sabemo-lo repartido quer por Beja quer por Évora, pelas ações episcopais do prelado e o primeiro Gabinete de Domingos Vandelli, ainda formado em Pádua, Itália. A sua divisão é notória e pode ser dividida em três tipologias: a implementação em palácios, como é o caso dos Condes de Ericeira, Marqueses de Abrantes, Gabinete da Academia Real da História Portuguesa, Duque de Cadaval e os Marqueses de Angeja; a instalação em alas de instituições religiosas, nomeadamente o Gabinete dos Padres Teatinos, de Frei Manuel do Cenáculo e de José Mayne, e a sua inclusão em propriedades particulares, sendo exemplos os Gabinetes de João Vidal da Costa e Sousa, de António Jacinto de Araújo, Francisco Martins Sampaio e Gerard de Visme.

2.2. Propriedade

Encontram-se igualmente distinções a nível da propriedade destes espaços. Existem Gabinetes privados, quer de aristocratas ou de eruditos, nacionais ou estrangeiros, onde a posse das coleções recai sobre uma personagem ou um conjunto de personagens em concreto. Incluímos nesta categoria os Gabinetes de Condes de Ericeira, Marqueses de Abrantes, Duque de Cadaval, os Marqueses de Angeja, João Vidal da Costa e Sousa, de António Jacinto de Araújo, Francisco Martins Sampaio e Gerard de Visme. Por outro lado, há um Gabinete Régio, no sentido de que é patrocinado por D. João V, o Gabinete da Academia Real da História Portuguesa. Finalmente, há Gabinetes Eclesiásticos, que se materializam nas coleções dos Padres Teatinos, Frei Manuel do Cenáculo e José Mayne.

2.3. Origem e fim dos Gabinetes

A cronologia e as mudanças nos Gabinetes são perceptíveis durante um período específico, no qual se verifica a existência das coleções que os constituem. O seu fim apresenta-se como o de compreender a dinâmica destes espaços e as razões pelas quais conhecem o seu término. É possível agrupar estes estabelecimentos em várias divisões. Se atendermos ao início da sua formulação, distinguem-se projetos que, pela sua componente familiar, se organizam ainda no século XVII, prolongando-se até ao período setecentista, ao passo que outros possuem a sua génese numa realidade temporal pós-terramoto. Apenas dois casos, o primeiro dos Marqueses de Abrantes, que aparenta atingir uma cronologia de uso secular e o segundo, de João Vidal da Costa, consistem em incógnitas quanto à data da sua extinção. Contudo, o término dos restantes Gabinetes é passível de verificar através da documentação existente.

As instalações do Conde de Ericeira, da Academia Real da História Portuguesa e do Duque de Cadaval perecem nos episódios destrutivos do terramoto de 1755. Já os Gabinetes de Domingos Vandelli, António Jacinto de Araújo e Frei Manuel do Cenáculo são reformulados para instituições museológicas, pelo que as suas datas finais se remetem para o ano em que essa transição se oficializa.

O fim dos Gabinetes de José Mayne e dos Padres Teatinos está conectada com a extinção das ordens religiosas, em 1834, e com a consequente desagregação das suas coleções. Finalmente, existem situações de compra e venda como as que decorreram nos estabelecimentos de Francisco Martins Sampaio, dos Marqueses de Angeja e de Gerard de Visme.

3. Conteúdo artefactual

A principal premissa, na hora de proceder à pesquisa dos Gabinetes, consistia no estudo de coleções que se compusessem, independentemente do seu largo espectro, de artefactos. Esses dados podem ser associados a lógicas de conjunto e a um panorama geral, composto pelos espaços analisados.

3.1. Gosto pela Antiguidade Clássica

De facto, existe um denominador comum a todos estes espaços, que se materializa na existência de antiguidades do período romano, o que se sintoniza com o gosto colecionista europeu. Ao longo do século, o *Grand Tour* fará também circular por toda a Europa as tão apreciadas antiguidades clássicas. Ainda assim, concebem-se distintos níveis de complexidade e de organização.

3.2. Preferências e Especializações

Podemos constatar um grau de singularidade no Gabinete do Duque de Cadaval, De Visme, Martins Sampaio e dos Padres Teatinos, dado que as suas coleções se especializam em torno de um artefacto em concreto. Deste modo, estes estabelecimentos constituem-se como medalheiros ou antiquários, formando-se em torno da medalha ou do numisma como os elementos fundacionais que orientam toda a coleção. Em contrapartida, os restantes Gabinetes apresentam um redobrado nível de variedade artefactual. Outros fatores conduzem a lógica destes espaços. Os Gabinetes do Conde da Ericeira, Real Academia de História, Marqueses de Abrantes, José Mayne, Manuel do Cenáculo, Da Costa são constituídos quer por materiais provenientes de sítios arqueológicos nacionais explorados pelos próprios proprietários, quer por empréstimos ou doações de uma rede mais vasta. Por essa razão, o universo das coleções inclui várias categorias de objetos, ao invés de um único. Atesta-se assim a presença de lápides, moedas, vasos no mesmo Gabinete.

3.3. As origens distantes

Um terceiro nível de dimensão artefactual visualiza-se nos Gabinetes de Domingos Vandelli, Marquês de Angeja e Jacinto de Araújo. A sua complexidade inerente é superior no sentido de que estas coleções se constituírem igualmente por uma multiplicidade de artefactos, mas por se conseguir identificar que muitos destes pertencem a um âmbito geográfico internacional. A trajetória destas antiguidades implica uma análise mais profunda, para a recuperação dos processos que os

levaram a pertencer a estes Gabinetes em Portugal. Um último apontamento sublinha-se no caso do Gabinete de Jacinto de Araújo, dado que os artefactos aí presentes entram na categoria da História Natural e não como sendo antiguidades, o que permite conceber a existência de objetos em coleções cuja temática não se conecte diretamente às práticas antiquárias.

O que esta análise aos Gabinetes evoca e no que concerne à dimensão arqueológica do colecionismo, é que estes estabelecimentos permitem compreender quem são os seus proprietários, os seus projetos e as suas intenções e o modo como empreendem, ao longo da sua vida, a atividade colecionista.

As Antiguidades e os Gabinetes, denunciam a existência de interações, de viagens, de visitas, de descobertas. O fio condutor apresenta-se como o conjunto das perspetivas e contactos dos diversos eruditos que se dedicam a temáticas que abrangem dados arqueológicos.

Conclusão

Com o apogeu que o colecionismo conhece no século XVIII, a figura do Colecionador revestia-se, nesse período, de particular estatuto. De facto, quem possuía uma coleção era normalmente caracterizada pelo seu meio como uma personagem erudita, inteiramente inserida no âmbito cultural e científico vigente. Dado que este interesse pelo objeto antigo possuía uma vertente material, este estimula ações pela parte dos Colecionadores. É nesse sentido que emergem na Europa várias sociedades que se dedicam ao estudo das Antiguidades, enquanto que, no espírito do *Grand Tour*, viajantes deslocam-se a locais específicos com o intuito de experienciar vestígios do passado (SCHNAPP, 1982: 767). Estas viagens faziam parte de um processo de aprendizagem delegado das elites, com a visita a construções célebres das civilizações antigas a desempenhar um papel crucial no desenvolvimento cultural dos viajantes. Se realmente se considera que o século XVIII assiste à cristalização de um processo de longa duração, que envolve mudanças conceptuais no ato de colecionar por parte de aristocratas, clérigos e viajantes, este período representa igualmente uma deliberada iniciativa pela parte das monarquias europeias na construção das Histórias nacionais (MORA, 1998: 120). Para tal, à existência de academias, fundadas com patrocínio real, juntam-se as coleções privadas, na sua missão de

escrever o passado dos povos através da análise de fontes e de vestígios arqueológicos. Não se assumem, no entanto, como duas dimensões dicotómicas, dado que os membros destas instituições oficiais são também colecionadores.

Através dos Gabinetes portugueses é passível de compreender uma parcela desta realidade e do significado social dos Colecionadores e da sua importância para a construção do que viria a ser a Arqueologia.

Fontes periódicas

GAZETA DE LISBOA, 10 de Junho de 1717.

GAZETA DE LISBOA, 7 de Maio de 1733.

GAZETA DE LISBOA, 27 de Dezembro de 1791.

GAZETA DE LISBOA, 24 de Dezembro de 1793.

GAZETA DE LISBOA, 7 de Março de 1794.

Fontes

Alvará em forma De Ley De 20 De Agosto De 1721.

Manuscrito nº1 – Tróia: Escavações Por João Vidal Da Costa E Sousa – 1761, nome atribuído. Arquivo Distrital de Setúbal - Código de Referência: PT/ADSTB/PSS/APAC/L/0082.

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO-GORBEA, Martín; CARDOSO, João Luís; TELLES ANTUNES, Miguel (2020) – La colección anticuarria de la Academia das Ciências de Lisboa, in *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa Classe de Ciências* Tomo XLVII – Volume 1, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- ARGOTE, Jerónimo (1734) – *Memorias Para A Historia Ecclesiastica do Arcebispado De Braga*. Na Officina de Joseph Antonio Da Sylva, Tomo II.
- BARBOSA, Inácio (1868) – Ceramica Antiga. Vasos de Loiça vidrada da Colecção Pourtalês. Negligencia dos portugueses na conservação dos objectos de Antiguidade, *Arquivo Pittoresco*, Tomo XI, pp. 269-271.
- BARBOSA, Inácio (1903) – Museus criados em Portugal até ao fim do século XVIII, *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, 4ª série, t. IX, Vol.10, pp. 26-35.
- BARROS, Beatriz (2014) – *Frei Manuel do Cenáculo e os Primórdios da Museologia em Portugal*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre em Património Público, Arte e Museologia, orientada pelo Prof. Doutor Fernando António Baptista Pereira à Universidade de Lisboa.
- BRIGOLA, João (2003) – *Colecções, Gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- BRIGOLA, João (eds.) (2009) – Coleccionismo no século XVIII, *Textos e documentos*, Porto: Porto Editora.
- CARDOSO, João Luís (2022) – A conferência de Martinho de Mendonça de Pina e de Proença Homem de 30 de Julho de 1733 na Academia Real da História Portuguesa, ou o primeiro ensaio pré-científico sobre a antiguidade dos dólmenes, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, Vol. 30, pp. 279-306.
- CENÁCULO, Manoel (1791) – *Cuidados Literarios do Prelado de Beja em Graça do seu Bispado*, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- CENÁCULO, Manoel (1843) – As Artes, as Letras, e as Sciencias em Tempo de D’ElRei D. João 5º, *O Panorama*, 2ª Série, Vol II, pp. 277-279.
- COSTA, Pe. António (1712) – *Corografia Portuguesa, e Descrição Topografica do Famoso Reyno de Portugal*, Lisboa: Na Officina Real Deslandesiana, Volume III.
- CRUZ, Lígia (1976) – Domingos Vandelli. Alguns aspectos da sua actividade em Coimbra, *Separata do Boletim do arquivo da Universidade de Coimbra*, Coimbra: Edição da autora.
- DANIEL, Glyn (1976) – *A Hundred and fifty years of archaeology*, Cambridge: Harvard University.
- FABIÃO, Carlos (2011) – *Uma história da arqueologia portuguesa: das origens à descoberta da Arte de Côa*, Lisboa: CTT.
- GUEDES, Natália (1993-1994) – A múmia ptolemaica do Museu Nacional de Arqueologia, memória do Museu de História Natural do Marquês de Angeja, *O Arqueólogo Português*, 4ª Série, Vol. 11-12, pp. 367-390.
- LISBOA, Baltazar (1786) – *Discurso Historico, politico, e economico dos progressos, e estado actual da Filozofia Natural Portugueza, acompanhado de algumas reflexoens sobre o estado do Brazil*, Lisboa: Officina de Antonio Gomes.
- LOURENÇO, Marta; GESSNER, Samuel (2012) – Documenting Collections: Cornerstones for More History of Science in Museums, *Science & Education*, nº23, pp. 727-745. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/s11191-012-9568-z>
- MORA, Gloria (1998) – Les colleccions arqueològiques i la figura del colecionista, *Cota Zero*, nº14, pp. 118-124.
- MURRAY, Tim (2007a) – Rethinking Antiquarianism, *Bulletin of the History of Archaeology*, nº17(2), pp. 14–22. DOI: www.archaeologybulletin.org/articles/10.5334/bha.17203/
- MURRAY, Tim (2007b) – *Milestones in Archaeology. A chronological Encyclopedia*, Santa Barbara: ABC-CLIO.
- OLIVEIRA, Márcia (2013) – A comunidade ilustrada na 2ª metade do séc. XVIII: Frei Manuel do Cenáculo e o seu universo de correspondentes, *Lusitania Sacra*, nº27, pp. 175-202.
- PAÇO, Afonso (1964) – A Casa de Bragança e a Arqueologia Portuguesa, *Arqueologia e História*, Vol. XI, pp. 65-72.
- PINA, Martinho. (1733) – Notícias da Conferencia que a Academia Real da Historia Portuguesa fez em 30 de Julho de 1733, in *Collecçam dos Documentos e Memórias Conimbriga*, 61 (2022) 295-325

- rias da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Parte Segunda.
- POMIAN, Kriysztof (1990) – *Collectors and Curiosities. Paris and Venice, 1500-1800*, Cambridge: Polity Press.
- POMIAN, Kriysztof (1992) – Les deux pôles de la curiosité antique, in *L'antico-manie. La collection d'antiquités aux 18e et 9e siècles, Actas do Colóquio*, Paris: Éditions de L'École des Hautes Études en Sciences Sociales
- RAMOS, Paulo Oliveira (2021) – Nos 300 anos da Ley de 20 de Agosto de 1721, *Al-Madan*, 24, pp. 132-140.
- RATTON, Jacome. (1920) – *Recordações sobre ocorrências do seu tempo, de Maio de 1747 a Setembro de 1810*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- RIBEIRO, José (1872) – *Historia dos estabelecimentos scientificos literários e artisticos de Portugal nos sucessivos reinados da monarchia*, Lisboa: Academia Real das Ciências, Tomo II.
- RUIZ-ZAPATERO, Gonzalo (2017) – Historias generales de la Arqueología, *Conference: IV Congreso Internacional de Historia de la Arqueología*, At Madrid, Vol. 1, pp. 1-28.
- SALAS ÁLVAREZ, Jesús (2004) – *La recuperación del Patrimonio Arqueológico de Andalucía durante la Ilustración (1736-1808)*. Dissertação apresentada para a obtenção do grau de doutor em Pré-História e Arqueologia, orientada pelo Prof. Dr. José Béltran Fontes à Universidade de Sevilha.
- SCHNAPP, Alain (1982) – Archéologie et tradition académique en Europe aux XVIIIe et XIXe siècles, *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, nº5-6, pp. 760-777.
- SCHNAPP, Alain (1996) – *The Discovery of the Past*, Londres: British Museum.
- SCHNAPP, Alain (2013) – Towards a Universal History of Antiquarians, *Complutum*, vol. 24 (2), pp. 13-20. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/download/43363/41035/>
- SERRÃO, Joaquim (1974) – *A historiografia portuguesa*, Volume III, Lisboa: Editorial Verbo.
- SYLVA, Manoel (1727) – *Historia Da Academia Real Da Historia Portuguesa*, Lisboa: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Tomo Primeiro.
- SOUSA, António (1738) – *Historia genealogica da casa real portugueza*, Lisboa: Na Officina de Joseph Antonio da Sylva, Tomo IV.
- TRIGGER, Bruce (1996) – *A History of Archaeological Thought*, Cambridge: Cambridge University Press, 2ª Ed.
- VASCONCELOS, José Leite de (1920) – Diário das primeiras viagens que fez pelas terras de Portugal, 1782, *O Archeologo Português*, Vol.XXIV, pp.108-176. Disponível em: http://www.patrimoniocultural.gov.pt/static/data/publicacoes/o_arqueologo_portugues/serie_1/volume_24/108_perez_bayer.pdf